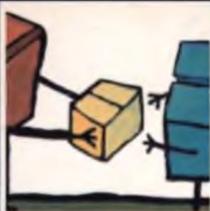


40
ano
UnB à frente



Lauro Morhy
organizador geral

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

Brasil **em Questão**

**A Universidade e a
Eleição Presidencial**

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República

Paulo Renato Souza

Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto

Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente

Antônio C. de Matos Paiva

Carlos Alberto Rodrigues da Cunha

Carolina Martuscelli Bori

Flávio Rabelo Versiani

Inocência Mártires Coelho

Gileno Fernandes Marcelino

Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmar Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Brasil em Questão

A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Equipe Editorial:

Profª. Drª. Wânia de Aragão-Costa (Preparação de Originais)

Belª. Carmem Galvão (Revisão)

Fernando Brandão e Franklin Cruz (Editoração Eletrônica)

Formatos Design Gráfico (Projeto Gráfico)

Formatos Design Gráfico (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook - *Getty Images*)

Copyright © 2002 by Editora Universidade de Brasília.

Impresso no Brasil.

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 02, Bloco C, Nº 78

Ed. OK, 2º andar

70300-500 Brasília-DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil em questão: a universidade e a eleição presiden-
 cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2002.
 512p.

ISBN 85-230-0700-8

1. Política – Brasil. 2. Governo: estrutura: política.
3.
Cidadania. I. Morhy, Lauro.

CDU – 32(81)

Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmar Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

LAURO MORHY
REITOR DA UNB

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

16 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL
E VIOLÊNCIA

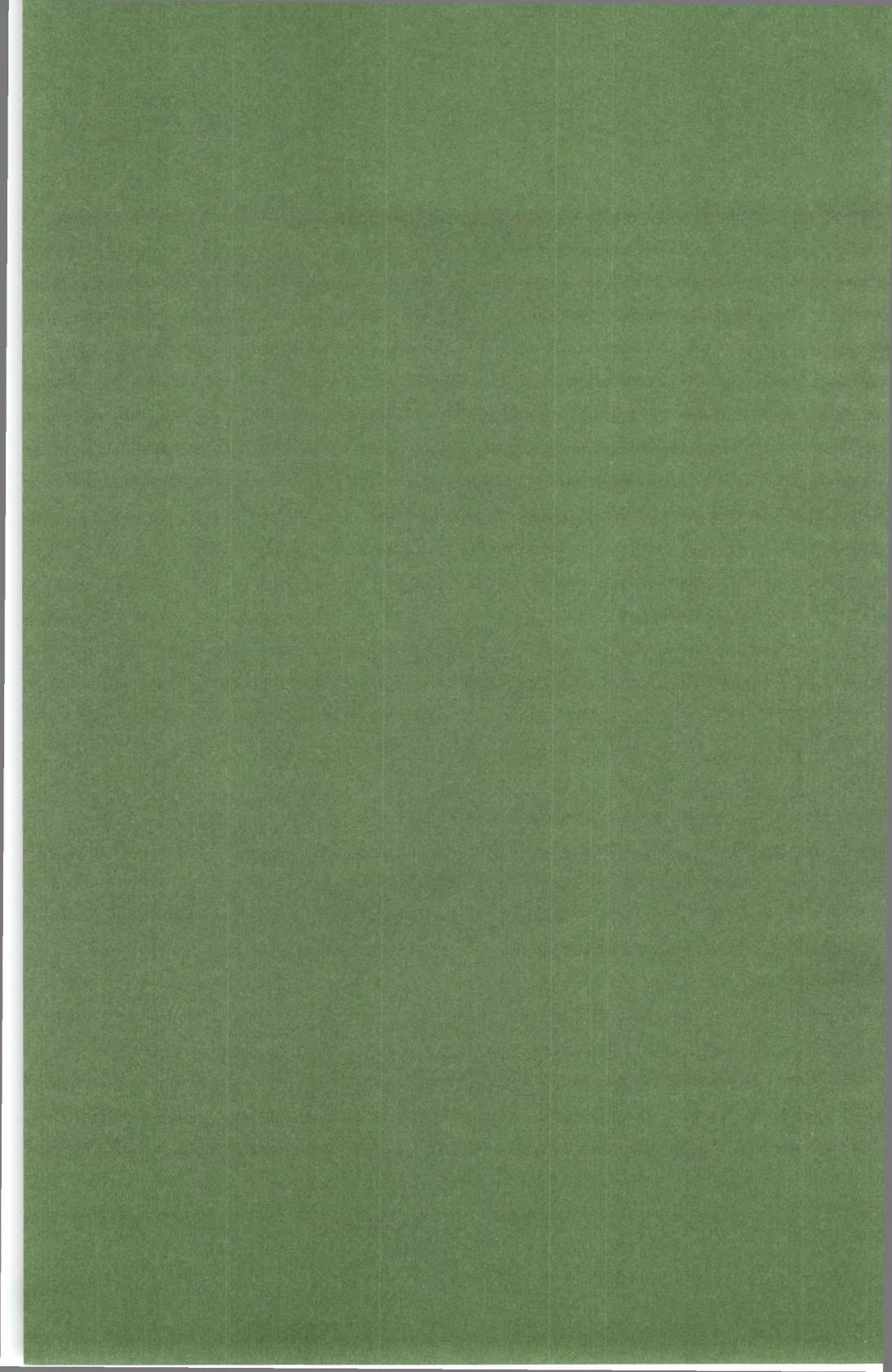
Guilherme de Almeida 239

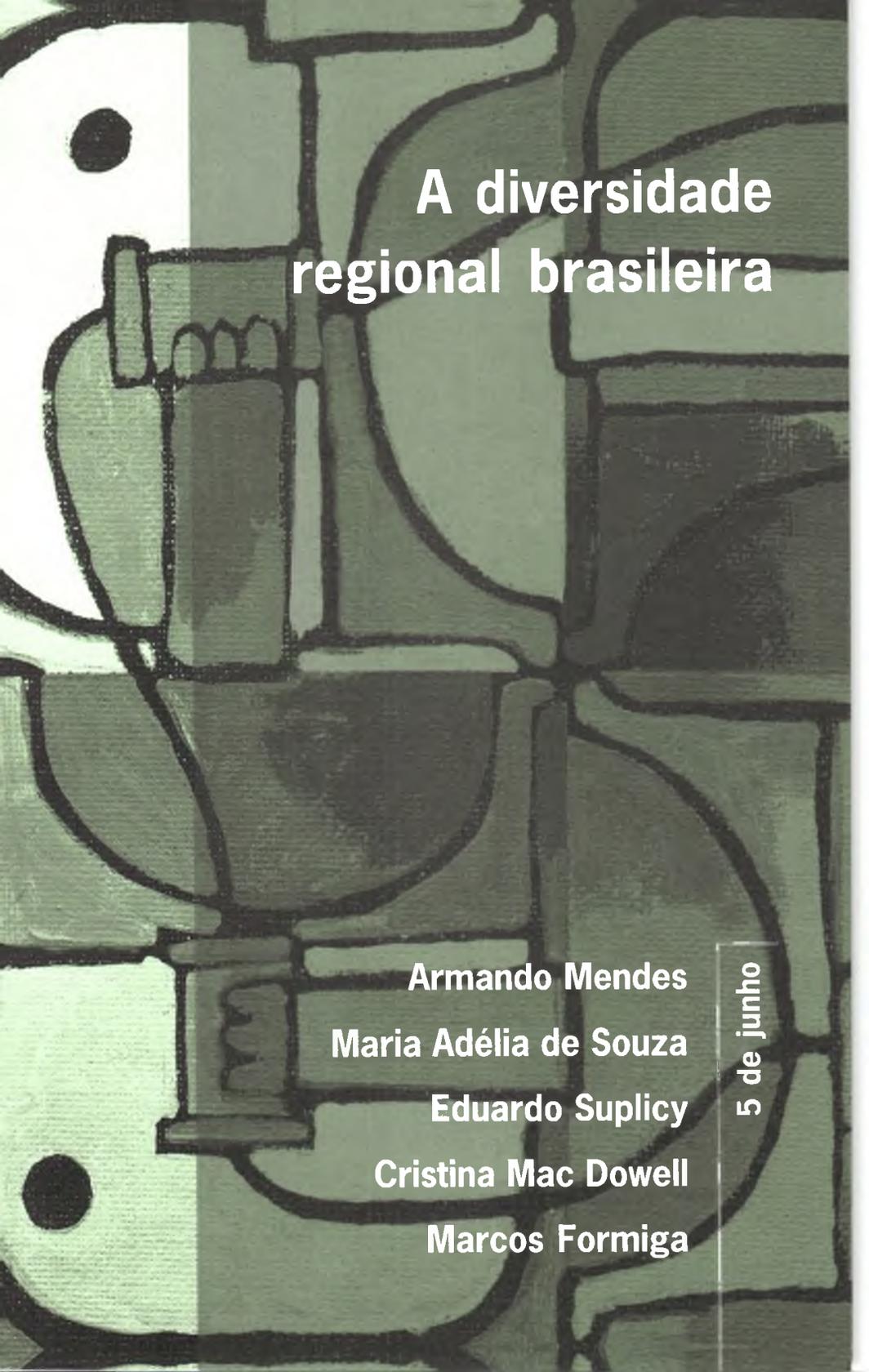
Sueli Carneiro 245

Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499





A diversidade regional brasileira

Armando Mendes

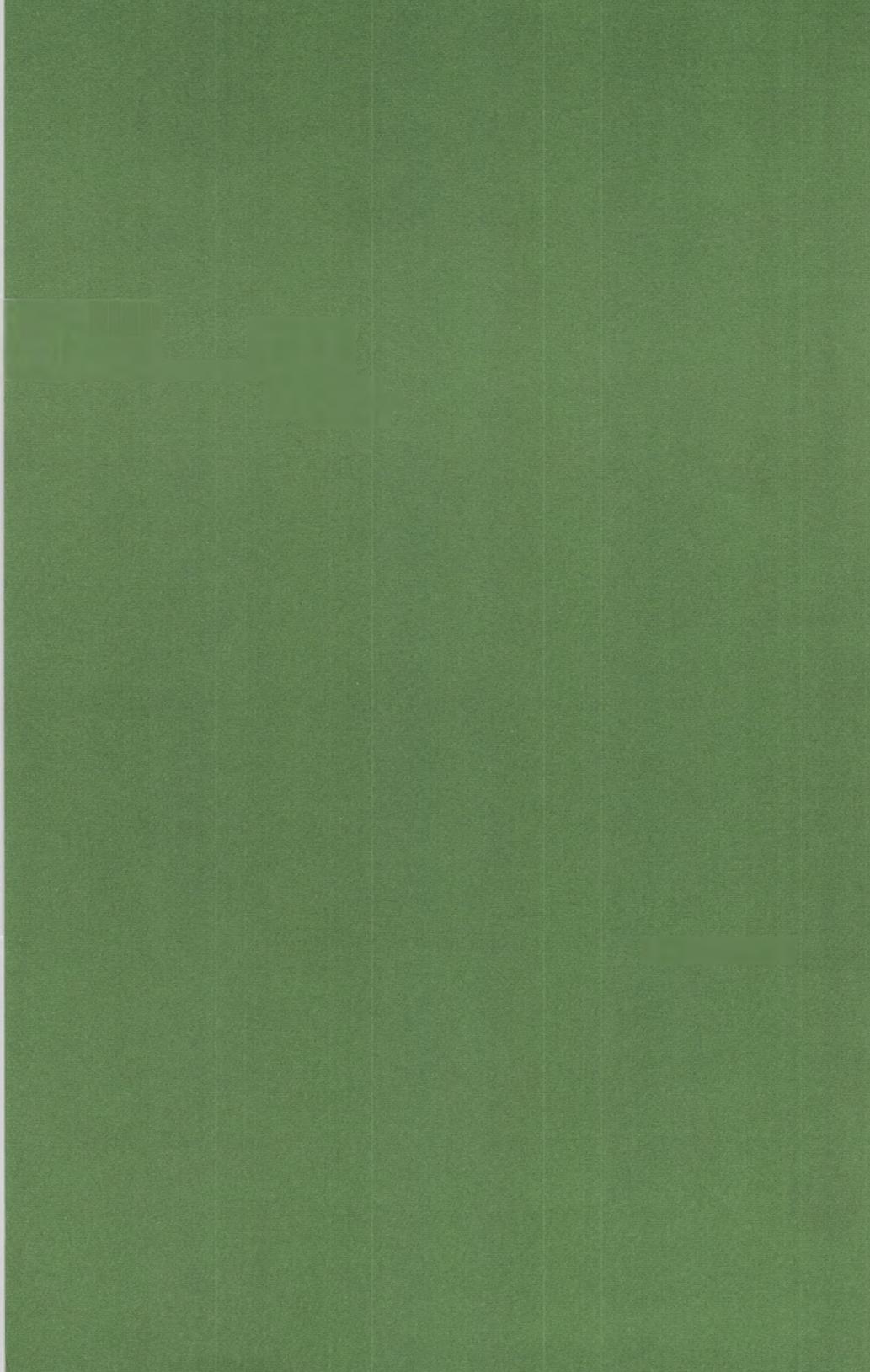
Maria Adélia de Souza

Eduardo Suplicy

Cristina Mac Dowell

Marcos Formiga

5 de junho



Diversidade Regional X Unidade Nacional: uma Perspectiva Brasileira

Armando Mendes

Tenho a convicção de que o que aqui discutimos, mais do que méritos e deméritos da diversidade regional, é a preservação da *unidade nacional* do Brasil.

A essa ótica, e em homenagem ao tempo encurtado de que disponho, o que vou apresentar não chega a ser o desenvolvimento de um raciocínio, mas tão-somente a coluna vertebral de uma linha de raciocínio a desenvolver. A nossa atitude perante as desigualdades, sejam elas espaciais ou sociais, só pode ser uma atitude de escolha sobre o que com elas fazer. Podemos assumir uma posição que contribua, de forma consciente ou inconsciente, para exacerbar as desigualdades, para levá-las às suas últimas conseqüências – quem for podre que se quebre. Ou podemos assumir a posição inversa e tentar reduzir as desigualdades, e se possível eliminá-las, o que é bastante difícil. Acredita-se, de qualquer modo, que é possível reduzi-las até um nível civilizado, e essa é a crença que motiva a presente reflexão e as políticas que todos reclamamos para que se enfrente a questão.

Armando Mendes é Consultor das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Amazônia. Publicou sua primeira obra em 1971 – *Estradas para o Desenvolvimento*. Autor de vários estudos sobre a floresta e o desenvolvimento econômico da região Norte, desenvolvimento regional, educação superior e meio ambiente. É consultor de organismos internacionais, como PNUD, Unesco.

Há poucos anos, o professor João Paulo de Almeida Magalhães, da UFRJ, publicou um pequeno livro em que fantasiava a hipótese de um Brasil dividido, fragmentado em cinco países, que todavia vieram a descobrir nas primeiras décadas do século XXI que se haviam tornado inviáveis pela fragmentação. Então pediram auxílio às Nações Unidas para um estudo que permitisse superar essas dificuldades e recuperar a viabilidade perante o mundo que se globaliza e se organiza em grandes blocos regionais, como a União Européia, o Nafta, os países asiáticos, etc. Então, o livro é exatamente o relatório da comissão que vem ao arquipélago de Brasis para fazer recomendações. Em conversa com o Autor, sugeri que em um adendo colocasse a óbvia proposta de criação do MERCOSUL. A União Européia começou como um Mercado Comum. O MERCOSUL é a tentativa de fazer algo parecido no Cone Sul da América Meridional. A partir do MERCOSUL, pois, se iriam criar ou recuperar instrumentos, fundos, políticas e mecanismos para concentrar investimentos nas áreas menos desenvolvidas e com isso permitir que elas crescessem mais rapidamente do que as outras, reduzindo as diferenças e dando consistência ao todo reconstituído. Assim tem sido feito na Europa, como ninguém desconhece.

A nossa atitude só pode ser esta. Se formos à Constituição Federal, no artigo 3º, vemos que um dos *objetivos fundamentais* da República é a redução das desigualdades regionais e sociais. É mesmo sintomático e expressivo que venham as duas juntas, pois não podemos diminuir uma sem reduzir a outra, não apenas porque há, por vezes, coincidência territorial dessas desigualdades, mas porque elas estão intimamente casadas, ainda que aparentemente distintas. Essa preocupação se repete em outras disposições constitucionais.

Ao se discutir a diversidade regional, portanto, coloca-se em pauta o risco que estamos correndo: o da quebra da unidade

nacional, se as questões da desigualdade não forem enfrentadas para valer. Exacerbar as desigualdades regionais pode significar a fragmentação territorial e política do Brasil. Falo da possibilidade de a partir de um determinado momento, os nordestinos ou os amazônidas não se sentirem mais brasileiros. O risco é este: a desigualdade extrema pode vir a provocar a secessão, por não haver mais nada em comum entre os diferentes Brasis — a não ser torcermos juntos pela seleção brasileira, a cada quadriênio... Costumo resumir esse temor numa frase de efeito, mas perfeitamente cabível: é preciso pensar na Amazônia não apenas como uma *extensão* do Brasil, mas como uma real *intenção* nacional.

O país precisa ter consciência clara do que quer fazer com a Amazônia, ou com o Nordeste, o Centro-Oeste, e assumir um comportamento conseqüente para as ações que deve desenvolver em cada uma das regiões. É claro que os desafios do Nordeste não se confundem com os da Amazônia. Esta não é diferente pelo simples fato de ser a única região com nome próprio, as outras sendo apenas referências geográficas — fato que, todavia, não pode ser usado para humilhar ninguém... É a região do Rio Grande das Amazonas, como foi chamado pelos espanhóis, e não pelos portugueses, onde está a maior bacia hidrográfica do mundo, onde está também a maior diversidade biológica, a floresta tropical úmida que Humbolt denominou de *hylea*, termo grego que significa algo como mata densa, ou em português antigo, mato grosso. A Amazônia não é apenas um desafio de natureza social, forte, pesado, que deve ser enfrentado com entusiasmo, mas é também para o país um grande desafio de natureza geopolítica. Esta última dimensão não pode ser esquecida quando abordamos a questão amazônica, porque é na Amazônia que a humanidade quer vir buscar resposta para muitos desafios atuais: na sua diversidade biológica, a diversidade de substâncias e princípios

ativos que ela contém e que sequer são conhecidos cientificamente, a não ser numa escala muito reduzida. É na Amazônia, igualmente, que a humanidade quer vir buscar a solução para a questão da água doce potável no mundo, o grande desafio do século XXI. É fato que a superfície terrestre é recoberta de água, mais do que de terra firme, entretanto cerca de 93% dessa água é salgada, e é nas calotas polares que está a maior parte da água doce potável e sobra muito pouco. A água, por exemplo, é uma das razões pela guerra entre árabes e judeus. O Canadá já exporta água para a China, e até para a França, neste último caso para fazer... cerveja. Segundo noticiário da imprensa, Taiwan acaba de celebrar um contrato para suprimento de água à China continental, em que pesem as diferenças políticas intransponíveis entre as duas. Da água doce conhecida no planeta, perto de 20% está na bacia hidrográfica do Amazonas. Esse é o desafio: o de tratar a água como um bem essencial a que todos têm direito, do qual não podemos abrir mão, e que no entanto também é uma mercadoria que vai disputar um mercado crescente no mundo, porque o consumo de água doce está crescendo mais rapidamente do que a população mundial. Esse é um dos grandes desafios que afetam diretamente a Amazônia no século XXI.

Concordo em que a resposta para os problemas de desenvolvimento de cada região não tem necessariamente a ver com o que foi feito ou se faz em outros espaços. Não temos que nos convencer de que a resposta para a Amazônia é plantar soja na Amazônia. Vamos plantar, ao invés, as espécies nativas. Não defendo o extrativismo, que não tem futuro do ponto de vista econômico de uma região, mas o cultivo racional, baseado no melhor conhecimento, na melhor tecnologia disponível para se produzir, digamos, frutas, ou criar peixes, tartarugas, pacas, sei lá, entre outros. Se quiserem, vamos exportar maniçoba enlatada.

O Brasil já exporta feijoada enlatada, por que não maniçoba? O açaí e o cupuaçu tomaram conta do mercado nacional sem ter sido feita qualquer campanha para isso. Na Amazônia, a lei de Say voltou a operar – a oferta cria sua própria procura. As coisas ofertadas pela natureza na Amazônia são tão boas e respondem a demandas tão atuais e claras, que ganham mercado rapidamente. E não o ganham com maior rapidez porque a produção, em grande parte extrativista, é por isso limitada. Nesta linha de utilização, parece-me válido retomar a proposta que venho difundindo, do uso daquilo que chamo de *amazonidades*, aquilo que é específico da Amazônia. É nessa linha que qualquer projeto regional amazônico deve ser construído.

Quais são as propostas dos presidenciáveis para minimizar as desigualdades regionais? Creio que esta é a pergunta essencial a lhes ser feita. E de que forma sua plataforma de governo pretende, não apenas dar combate às desigualdades sociais existentes nas regiões periféricas, que é um poço sem fundo, pois sempre haverá necessidades a cobrir, mas principalmente dar condições a partir do desenvolvimento econômico para que estas populações ganhem capacidade de gerir sua própria vida, ganhem um grau maior de liberdade.

É importante discutir conjuntamente as desigualdades espaciais e as sociais, mas é um risco confundir as duas, pois uma pode ocultar a outra. É claro que há pobres na periferia de São Paulo, como na do Rio de Janeiro, com altos índices de criminalidade. Mas não é por isso que vamos considerar o Estado de São Paulo subdesenvolvido dentro do quadro brasileiro. Há ricos no Nordeste e na Amazônia, e não é por isso que essas regiões podem ser consideradas desenvolvidas. A fluidez da caracterização das regiões, aqui revelada, torna cada vez mais difícil a gente se concentrar no que é essencial quando as questões são colocadas

em pauta. Como também é difícil voltar àquela divisão clássica das macroregiões brasileiras. Entre as áreas ditas 'luminosas', aqui indicadas, cito a Zona Franca de Manaus, ainda não referida A região de Carajás, no Pará, de grandes explorações minerais, também. Mas são enclaves, e essa realidade não afasta a realidade maior das disparidades macro-regionais, que se expressam estatisticamente, e sobretudo em condições de vida, nos modos de viver e acesso aos bens essenciais, em carências educacionais e de saúde, etc. É válido colocar essas questões aos nossos candidatos. Resumiria a indagação a lhes ser feita, a uma indagação central: **Qual é a sua proposta para minimizar as desigualdades regionais?** Além-se ela às políticas compensatórias de atendimento a carências básicas, ou vai muito além disso, dando consistência a investimentos que poderão criar empregos permanentes e ter um efeito multiplicador de emprego e renda, na região e não fora, como acontece geralmente por meio dos mecanismos automáticos de mercado? E se é assim, como pretende fazer?

Estive dois anos na Assembléia Nacional Constituinte, em 87 e 88, assessorando as bancadas da minha região. Muito se conseguiu com os Fundos de Participação dos estados e municípios, que foram aumentados substancialmente; foram também criados os Fundos Constitucionais em favor das regiões mais atrasadas, além de outros mecanismos. Foi possível incluir um parágrafo sobre royalties na exploração de petróleo, do gás natural ou da água para geração de energia elétrica. Tudo isso é importante para uma área com as características da Amazônia. Porém, a bancada de São Paulo chegou à Constituinte com a maior assessoria e consultoria que podia ser reunida: grandes profissionais em Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Política Econômica.... Então começou a história oculta da feitura da Constituição. Foi desfraldada a bandeira de que os

estados pobres já haviam tido o seu quinhão, era preciso agora compensar os outros estados. E isso não se falava fora nem se escrevia. Mas começaram a aparecer as chamadas “compensações dos ricos”. Assim, inventaram um adicional sobre o imposto de renda, a ser cobrado pelos estados, de até 5% no valor da arrecadação do tributo nesses mesmos estados. Isto é, São Paulo teria direito de cobrar além dos IR que a União nele arrecadava, mais 5% para o Tesouro estadual, algo equivalente a cerca de 2,5%, ou mais, do IR do país, pois lá se arrecada pelo menos metade do IR do país. E também foi criado o Fundo do IPI, que era constituído de 10% do IPI recolhido pelo governo federal, e seria transferido para os Estados onde arrecadado. Então novamente, como a indústria está concentrada em São Paulo, aí ficariam 5% ou 6% do total arrecadado no país (a regra foi atenuada com a proibição de qualquer estado se beneficiar de mais de 20,0% da parcela distribuída). E outras coisas assim. Em consequência, o que foi dado via os Fundos Constitucionais para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, seria menor do que São Paulo sozinho iria obter por conta dessas compensações engendradas em benefício dos estados mais ricos – outros estados se beneficiariam em menor escala.

Por esse caminho, não se está promovendo a redução das desigualdades regionais, pelo contrário, estão se reproduzindo os mecanismos que mantêm e agravam essas desigualdades. Por que o Nordeste há tanto tempo não consegue ultrapassar os 50% do PIB nacional *per capita* em relação ao nacional, como foi aqui mostrado? Por que esses mecanismos reproduzem a geração das desigualdades. E não adianta colocar no artigo 3º da Constituição que um dos objetivos fundamentais da República é reduzir as desigualdades regionais, ou no artigo 170 parágrafo 7º, ou no artigo 43, todo ele destinado à questão regional, prevendo

mecanismos de toda natureza, instrumentos de ordem fiscal, tributária e outros para alcançar esse objetivo, dispositivo até hoje não regulamentado, ou mesmo dizer, por exemplo, no artigo 192, inciso 7º, que serão estabelecidos critérios para transferência dos saldos dos depósitos bancários arrecadados nessas regiões periféricas. Mas o sistema dos bancos privados, e mesmo alguns bancos federais, recolhe mais depósitos na região amazônica do que aplica lá. Perversamente, esses depósitos são transferidos para serem aplicados no Sul. Exceção é o Banco da Amazônia, que só ele aplica na região: cerca de 90% das aplicações feitas atualmente na região Norte, quando sua presença física e o seu capital e reservas representam no conjunto bem menos do que isto.

Não adianta, insisto, a retórica no texto constitucional se ele próprio insensatamente contribui para manter as desigualdades regionais. O artigo 155, inciso 2, parágrafo 2º, inciso 10º, alínea B, trata do ICMS e estabelece a imunidade do ICMS para a exportação de energia elétrica para outros estados. Onde tendem a concentrar-se as grandes explorações de hidroelétricas no país? Paraná e Pará, os estados do Nordeste em escala menor. Então, o Estado produtor e exportador de energia elétrica (v.g. o Pará, onde fica Tucuruí) não pode cobrar ICMS sobre o valor da energia exportada, mas os Estados consumidores podem cobrar. Isso passou porque na hora da definição final, na votação, a bancada do Nordeste se dividiu, por serem alguns produtores e outros apenas consumidores de energia elétrica.

Desse modo, e para resumir, o que pediria aos presidenciais, por acréscimo à pergunta básica, seria um detalhamento, a título elucidativo: em nível constitucional: **Está disposto a modificar a Constituição, para acabar com estes mecanismos de reprodução das desigualdades regionais, ou vamos continuar navegando na retórica?**

Impressão e Acabamento:



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: quick@gns.com.br

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* “é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil”. É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

BRASILIDADE • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy